



EDUCAÇÃO:

Um universo de possibilidades
e realizações

Dr. Alderlan Souza Cabral



AYA EDITORA
2022

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizador

Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczek Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.º Me. José Henrique de Goes

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda

Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier

Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, FNDE

© 2022 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas nos capítulos deste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a opinião desta editora.

E2446 Educação: um universo de possibilidades e realizações [recurso eletrônico]. / Alderlan Souza Cabral (organizador) -- Ponta Grossa: Aya, 2022. 105 p.

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-5379-027-8
DOI: 10.47573/aya.5379.2.69

1. Ensino. 2. Planejamento estratégico. 3. Linguística. 4. Língua portuguesa - Variação. 5. Língua portuguesa - Estudo e ensino. 6. Tabela periódica dos elementos químicos. 7. Aculturação. 8. Indígenas. 9. Pesquisa - Metodologia. 10. Alfabetização. 11. Formação de professores. 12. Educação inclusiva. 13. Transtorno do espectro autista. I. Cabral, Alderlan Souza. II. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53
Fone: +55 42 3086-3131
E-mail: contato@ayaeditora.com.br
Site: <https://ayaeditora.com.br>
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação.....8

01

Gestão estratégica de pessoas por competência e liderança na educação, na cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2017-20189

Humberto Santos Oliveira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.1

02

Variações linguísticas no ensino fundamental II, em uma escola municipal da cidade de Autazes-AM/Brasil, no período de 2016-2017..20

Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.2

03

Ensino da Tabela Periódica: a construção e utilização de materiais lúdicos, em turma de primeiro ano na modalidade educação de jovens e adultos, no Instituto Federal do Amazonas31

Jorge Pontes Koide

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.3

04

Reserva parque das tribos e o processo de aculturação na escola indígena “Uka Umbesara Wakenai Anamarehit” no município de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-202142

Antônio Ruiz da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.4

05

O uso da metodologia científica em sala de aula, para alunos do 3º ano do ensino médio, na disciplina de biologia.....54

Sandraléa Socorro Lima dos Santos Andrade

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.5

06

O poder de transformação da leitura e escrita, uma questão que resvala a formação do professor das séries iniciais63

Deuvalina Batista Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.6

07

Algumas reflexões acerca do papel do pedagogo e da coordenação pedagógica na educação inclusiva74

Maxilene Ferreira Sales

Ronaldo dos Santos Leonel

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.7

08

A importância da afetividade da comunidade escolar na aprendizagem de uma criança portadora de TEA – Transtorno do Espectro Autista85

Maxilene Ferreira Sales

Alvane Rosa de Sousa

Ronaldo dos Santos Leonel

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.8

09

A importância das experimentações como ferramenta metodológica na educação infantil...93

Maxilene Ferreira Sales

Alvane Rosa de Sousa

Ronaldo dos Santos Leonel

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.9

Organizador100

Índice Remissivo101

Algumas reflexões acerca do papel do pedagogo e da coordenação pedagógica na educação inclusiva

Maxilene Ferreira Sales

Formada em Letras pela Universidade Federal do Pará Especialista em Estudos Linguísticos e Análise Literária / FAPAF Licenciada em Pedagogia (Faculdade Intervale) Especialista em Gestão e Coordenação Pedagógica (Faculdade Intervale) Prof.ª de Língua Portuguesa dos anos finais do Município de Altamira

Ronaldo dos Santos Leonel

Mestrando em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia –UEPA (2022) e Graduado em Biologia-UVA (2010) e Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza e Matemática - IFPA/CAMPUS Altamira (2014) Pós-Graduado em Educação Especial FAVINE (2021) e Gestão Escolar UNINTER (2011) Professor Efetivo da educação básica no Município de Altamira/Pará desde 2001 Rua Novo Progresso nº 1065 Bairro Cidade Nova Altamira /Pará

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.7

RESUMO

O objetivo deste trabalho é otimizar uma reflexão acerca do papel do professor pedagogo e do coordenador pedagógico na educação inclusiva. Nesse sentido, durante muito tempo o objetivo da educação inclusiva foi garantir o direito ao aluno portador de alguma deficiência o acesso à escola. Contudo, desde a implementação da política que orienta a educação especial no sentido da inclusão, a preocupação dos professores foi direcionada a otimizar o aprendizado desses alunos. Nesse sentido, todos os discentes devem ter a possibilidade de se desenvolverem integralmente e ter o sucesso escolar. Partindo desse pressuposto, a coordenação pedagógica tem um papel importante nesse processo, pois esse profissional é responsável por articular o saber da equipe e junto com cada educador auxiliar nas atividades para as turmas e, coletivamente, oportunizar a troca de experiência entre os docentes. Dessa forma, professor e coordenador devem agir coletivamente no sentido de criarem estratégias para que o ensino/aprendizado se concretizem na vida escolar do discente portador de deficiência.

Palavras-chave: professor. coordenador pedagógico. escola. educação inclusiva. práxis pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A educação especial tem se fortalecido nas últimas décadas, principalmente porque tem englobado dentro do seu conceito o parâmetro da Educação Inclusiva que é uma educação voltada para o sentido de pertencimento dos alunos. Nesse sentido, o ser diferente é normal, já que cada aluno é único e, por isso, diferente. A educação Inclusiva baseia-se em uma cidadania global, que inclui a todos, sem diferenciação. Dessa forma, o aluno com deficiência interage com os demais alunos, e eles, por sua vez, aprendem que também fazem parte da diferença, já que ninguém é igual a ninguém.

No sentido de atender os alunos que apresentam algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou superdotação e seu atendimento dever ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino e quando necessário em ambientes especializados. Para que esse atendimento seja realizado de forma mais pontual, a escola conta a função do pedagogo no seu espaço escolar, e o seu trabalho deve englobar a compreensão da dignidade humana e o respeito às diferenças que compõem a realidade escolar. Sendo assim, o papel desse profissional não pode resumir-se somente as inúmeras atribuições burocráticas que lhe são incumbidas de exercer sua profissão. O educador deve, também, compreender que para além das situações conflituosas do cotidiano escolar ele é aquele profissional que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural” (SAVIANI, 1985, p. 27). Desse modo substancial, o professor deve pensar na organização de suas práticas pedagógicas que deve o tornar mediador do processo de ensino e aprendizagem, de forma a garantir a consistência das ações e intenções do fazer pedagógico.

Essas atitudes devem estar no sentido de que o aluno portador de alguma deficiência deve ter acesso aos saberes escolares e dessa forma, o professor assume o papel de facilitador do desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais do seu alunado. Esse fator deve ocorrer por meio de um plano de aula que contemple toda a turma, sem distinção. Além disso, é importantíssimo que o educador estimule o aluno e comemore as suas pequenas conquistas,

pois elas auxiliam o processo de aprendizado.

Durante o processo de ensino/aprendizado o papel do coordenador pedagógico surge como uma parceira pautada na perspectiva inclusiva que prevê a colaboração de todos, pois, os coordenadores são responsáveis por garantir que informações trazidas pelos próprios estudantes, seus familiares, outros profissionais envolvidos e parceiros da escola sejam contempladas nos momentos coletivos, tendo em vista que ele é um verdadeiro mediador no ambiente escolar, sendo ela a pessoa de confiança da direção, dos docentes, dos estudantes e dos pais. Dessa forma, educador e coordenador pedagógico complementam -se na elaboração de propostas de atividades que possibilitam o desenvolvimento do educando com deficiência.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Ao longo da história, por não se adequarem ao princípio de do que é considerado normal socialmente, as pessoas com deficiência foram excluídas e deixadas a margem da sociedade. Partindo dessa afirmação, tem-se como padrão aceitável aquela pessoa que é forte, saudável, do gênero masculino, heterossexual e produtivo, além de outras características. A população, de modo geral, persegue esse tipo ideal, uma vez que o distanciamento desse padrão caracteriza a anormalidade.

Mudando esse paradigma, o Brasil nas últimas décadas, tem voltado sua atenção as pessoas portadoras de deficiência, apresentando uma série de alterações nas políticas públicas, principalmente no setor educacional, com o objetivo de favorecer uma pluralidade de ações que garantam o acesso desses indivíduos à educação, bem como sua permanência inclusão escolar e social. Nesse sentido, pensar no trabalho docente para com esse alunado é de extrema relevância, uma vez que o professor tem que dispor de um conhecimento teórico-metodológico para ensinar a esses alunos, considerando sua especificidade, ou seja, o professor tem que conhecer esse aluno para poder propor flexibilizações curriculares condizentes para o desenvolvimento da criança com deficiência, dentro de suas potencialidades.

Tendo como desafio a qualificação profissional do educador, a adequação do currículo escolar e atividades que facilitem o aprendizado dos estudantes portadores de alguma deficiência, a Educação Especial, modalidade educacional destinada ao atendimento de alunos com necessidades educativas especiais sofreu ao longo de sua historicidade mudanças em sua configuração, reformulando gradativamente seus paradigmas e conceitos.

Conforme (CORREIA, 1997, p. 56) temos o relato de que a história da educação especial remonta a idade antiga onde eram comuns as práticas de exclusão das crianças que nasciam com alguma deficiência. Por exemplo, em Esparta, antiga Grécia, algumas crianças deficientes eram abandonadas em montanhas bem altas e desertas, a própria sorte, e geralmente morriam de fome ou eram devorados por animais. Na Roma antiga, as crianças consideradas com algum defeito, eram atiradas nos rios mais fundos, ou de penhascos bem altos. Os egípcios matavam seus deficientes com marretadas na cabeça e os enterravam em urnas nos sarcófagos, acreditando que assim, a alma se purificaria e voltaria perfeita em beleza e inteligência.

Registros comprovam que vem de longo tempo a resistência à aceitação social das pessoas deficientes, e que suas vidas sempre foram ameaçadas. Misés (1977, p.14) demonstra o

pensamento daquela época da seguinte maneira:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas, asfixiamos recém nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis, ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.

Durante muito tempo a exclusão social fez parte da vida das pessoas portadoras de deficiência. Contudo, no século XVII e meados do século XIX, inicia-se a chamada fase de institucionalização, onde as pessoas deficientes eram segregadas e protegidas em instituições residenciais. Logo no início do século XX, surgem as escolas e as classes especiais dentro das escolas públicas, visando oferecer ao deficiente uma educação diferenciada.

No período de 1961, a história da educação especial, passou por um período de ampliação das instituições especializadas. Estas instituições surgiram, portanto, em resposta ao silêncio do poder público e ao descaso social com as pessoas consideradas deficientes. Nesse sentido, Romero (2006, p. 21) nos apresenta que:

[...] as iniciativas privadas configuraram-se nesse período como a própria expressão do atendimento implantado. Embora o modelo institucionalizado possa ser considerado segregacionista, pois mantinha as pessoas com deficiências distantes dos espaços regulares de ensino, é preciso levar em conta que esse modelo, em certa medida, propunha-se a responder às necessidades educacionais específicas dos diferentes tipos de deficiência. Por outro lado, cumpre considerar também que a existência dessas instituições contribuiu em grande medida para que o poder público tenha se isentado desse compromisso no sentido de inviabilizar ou até mesmo dificultar o ingresso e a permanência das pessoas com deficiências na escola regular.

Diante do exposto pode-se observar que durante muito tempo o poder público se isentou da responsabilidade de inserir as pessoas com deficiência nas escolas e quando essas pessoas conseguiam chegar nesses espaços não havia políticas públicas que incentivassem a permanências dessas pessoas nas instituições e em prol disso, o aprendizado era ineficiente.

No sentido de amenizar as problemáticas enfrentadas pelas pessoas portadoras de deficiência MAZZOTTA, 1996 nos relata que em 1964, instala-se a primeira unidade assistencial da APAE, o Centro Ocupacional Helena Antipoff, tendo como objetivo oferecer habilitação profissional a adolescentes deficientes mentais do sexo feminino. A primeira unidade multidisciplinar integrada para prestação de assistência a deficientes mentais e formação de pessoal técnico especializado foi o Centro de Habilitação de Excepcionais inaugurado no dia 22 de maio de 1971 na APAE de São Paulo

As APAES foram um grande avanço para a educação especial, e o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século XIX, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e europeias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. No Artigo 59 a nova LDB dispõe sobre as garantias didáticas diferenciadas, como currículos, métodos, técnicas e recursos educativos; terminalidade específica para os alunos que não possam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude da deficiência; especialização de professores em nível médio

e superior e educação para o trabalho, além de acesso igualitário aos benefícios sociais. A LDB definiu finalmente o espaço da educação especial na educação escolar, mas não mencionou os aspectos avaliativos em nenhum item e esta ausência gera preocupação, pois não se sabe o que fazer a respeito – pode-se tanto proteger esses alunos com parâmetros específicos para esse fim, como equipará-los ao que a lei propõe para todos.

No âmbito da educação, novos movimentos sociais surgem em defesa da garantia dos direitos para todos, novas leis impulsionam as políticas a garantir e ampliar a inclusão educacional, à Educação Básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio e, também, ao Ensino Superior, com equidade, melhores colocações no mercado de trabalho e qualidade de vida. Para além do acesso efetivo a todos os níveis de ensino, a movimentação da realidade implica, necessariamente, na concretização do desenho universal para a aprendizagem e visa ampliar as oportunidades de desenvolvimento e participação de cada estudante.

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA PAPEL DO PROFESSOR PEDAGOGO E DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na educação inclusiva, todos os alunos com e sem deficiência têm a oportunidade de conviverem e aprenderem juntos. Dessa maneira, a ideia da inclusão é mais do que somente garantir o acesso à entrada de alunos nas instituições de ensino. O objetivo é eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação no processo educativo. No sentido de consolidar a educação inclusiva a tecnologia assistiva pode contribuir positivamente nesse processo, tendo em vista, que ela é tida como uma área do conhecimento interdisciplinar que engloba recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com objetivo de ampliar a participação de pessoas com deficiência. Dessa forma, faz-se necessário que os gestores, coordenadores pedagógicos e docentes conheçam a dimensão dos recursos da Tecnologia Assistiva (TA) que representam possibilidades e novos caminhos no processo de ensino-aprendizagem.

No sentido de um melhor atendimento os alunos portadores de deficiência para que o processo de ensino- aprendizagem se consolide percebe-se que aplicabilidade da Tecnologia Assistiva requer analisar as necessidades dos/as educando/as, tornando imprescindível a formação dos/as professores/as para o conhecimento de metodologias, estratégias e aplicação de recursos tecnológicos que auxiliem e facilitem o processo de ensino-aprendizagem. "As pessoas com deficiências só perdem quando os profissionais não são capazes de lhes fornecer as técnicas, estratégias ou ferramentas que as ajudariam a lidar com seus problemas" (KAUFFEMAN, 2007, p. 12). Diante do exposto faz-se preparar discentes, com intuito de que estes possam adaptar matérias pedagógicas e de acessibilidade e utilizar recursos da tecnologia para promover o rompimento de barreiras buscando alternativas que viabilize a inclusão escolar. Nesse contexto, BERSCH (2006) nos contextualiza que a Tecnologia Assistiva (TA) é composta de recursos e serviços. O recurso é o equipamento utilizado pelo aluno, e que lhe permite ou favorece o desempenho de uma tarefa. E o serviço de TA na escola é aquele que buscará resolver os "problemas funcionais" desse aluno, encontrando alternativas para que ele participe e atue positivamente nas várias atividades do contexto escolar. (BERSCH, 2006, p. 283).

Em meio ao processo educativo, o pedagogo é o profissional que atua em processos relacionados ao ensino e a aprendizagem e ele pode fortalecer praticabilidade da Tecnologia

Assistiva, pois quando ele atua como especialista em educação seu trabalho deve associar o aprendizado às questões sociais e à realidade em que o estudante se encontra. Desta forma, o pedagogo contribui para a qualidade do ensino e do aprendizado, fortalecendo a construção do conhecimento. Nesse sentido, o profissional formado em Pedagogia pode atuar como professor dos primeiros anos do ensino fundamental, podendo, também, atuar na pré-escola, como professor ou auxiliar de sala.

Na educação especial o pedagogo trabalha com alunos portadores de necessidades especiais, ou que possuem alguma limitação de aprendizado (dislexia, cegueira, surdez, autismo, etc.). Nestes casos, esse profissional deverá ministrar suas aulas utilizando técnicas diferenciadas de ensino, no sentido de que esses alunos sejam capazes de compreender o conteúdo ensinado. Assim sendo, o pedagogo deve procurar adequar os métodos de ensino e também os materiais didáticos utilizados no aprendizado dessas crianças. Nesse sentido, ele deve intervir nas atividades que o aluno ainda não possui autonomia para desenvolver, auxiliando-os para que atividades propostas sejam realizadas. E com o tempo o aluno deve se sentir seguro e incentivado a realizá-las sem auxílio. Dessa maneira, o professor propicia aos seus alunos o sentimento de que são capazes de avançar. A esse respeito Negrão (2005), enfatiza que:

O professor, para planejar situações didáticas e pedagógicas motivadoras e desequilibradoras, respeitando cada etapa do seu desenvolvimento, deve organizar a elaboração de atividades gradativas que oportunizem, cooperativamente, experiências de observação, de investigação, objetivando a construção de conhecimentos. (NEGRÃO, 2005, p. 65).

A partir desse pressuposto, o educador deve selecionar as melhores estratégias de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos. Tendo como ponte de partida o alcance desses objetivos a inclusão se consolida, uma vez que esse profissional auxilia no processo de adaptação da sociedade para incluir, em seu meio social, pessoas consideradas de alguma forma diferentes. Sobre isso, Ferreira e Guimarães comentam que:

Trata-se de, considerando suas limitações, reconhecer-lhe os mesmos direitos que os outros e oferecer-lhe os serviços e as condições necessárias para que possa desenvolver, ao máximo, as suas potencialidades, vivendo da forma mais natural que lhe for possível. (FERREIRA e GUIMARÃES, 2008. p.112).

Dessa maneira, o pedagogo atua como alguém que otimiza o desenvolvimento da criança no ambiente escolar. Mediando as atividades que podem contribuir com o desenvolvimento do educando e fazendo a inserção deste no ambiente em que está inserido.

O pedagogo pode atuar também na área de gestão, desempenhando diversas tarefas de gerenciamento, tais como: Organizar o calendário letivo, estipulando datas para os diversos eventos escolares; Estipular os horários dos professores em sala de aula e organizar as atividades de planejamento de ensino; Planejar e organizar atividades culturais; Organizar e coordenar conselhos de classe; Desenvolver projetos pedagógicos de educação básica, coordenar a execução e avaliar o andamento destes projetos; Coordenar reuniões pedagógicas com pais de alunos; Promover a integração entre a escola e a família do estudante, através de eventos nos quais a família possa participar e conhecer o trabalho desenvolvido pela escola; Coordenar reformas curriculares, definindo que tipo de conhecimentos e competências os alunos devem adquirir em cada etapa do ensino regular. Sendo esse trabalho de suma importância para o desenvolvimento do efetivo trabalho escolar.

Nesse sentido, Almeida e Soares (2010) contribuem com uma reflexão sobre a identi-

dade desse profissional, referindo-se ao pedagogo que atua como coordenação pedagógica é tido como um profissional que tem um papel indispensável no ambiente escolar, pois é entendido como um articulador do trabalho educativo desenvolvido pela escola. Dessa forma, o pedagogo deve intervir colaborativamente nas ações realizadas no contexto escolar, dentro e fora da sala de aula, contribuindo para tornar a escola um ambiente democrático e difusor de uma educação de qualidade. Dessa maneira, o coordenador pedagógico mobiliza e define o trabalho pedagógico para caminhar em um sentido de efetivar uma educação de qualidade que valorize todos os alunos, independentemente de suas características. Dessa forma, o trabalho realizado por esse profissional, segundo Almeida e Soares (2010), é o de propiciar uma organização da escola em que seja possível modificar, transformar e construir juntamente com toda a equipe escolar estratégias, metodologias de ensino, definição de conteúdo, instrumentos de avaliação, entre outros, responsabilizando-se em articular todos esses elementos.

Para que de fato o processo ensino-aprendizado seja concretizado, e principalmente, alcance os alunos portadores de deficiência, o coordenador pedagógico deve reunir-se com a equipe de professores da escola para debater problemas e questões pedagógicas, assumindo o papel de mediador. De acordo com os pressupostos da psicologia histórico-cultural de Vygotsky, “mediação é o processo que caracteriza a relação do homem com o mundo e com os outros homens” (PLACCO; SOUZA, 2012a, p. 49). Nesses termos, o coordenador como mediador [...]

É o profissional que deve ter acesso ao domínio das produções culturais gerais e específicas da educação, sobretudo as relativas ao ensino e à aprendizagem, apresentando-as aos professores, debatendo-as, questionando-as, com o intuito de transformar o modo como os professores pensam e agem sobre e com elas. (Ibid., p. 51)

Entre tantas atribuições do coordenador, queremos destacar que ele também precisa “[...] refletir junto com o professor sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência, considerando não apenas as questões legais, mas também as representações que o grupo tem acerca da deficiência e da permanência desses alunos no espaço escolar” (AGUIAR, 2010, p. 149). Tendo em vista que a educação inclusiva é um modelo de ensino contemporâneo que propõe igualdade nas possibilidades de escolarização. Com essa visão, o objetivo é que todos os estudantes (crianças, adolescentes e até alunos do ensino superior) tenham direito à educação em um só ambiente. Pois a proposta da educação inclusiva é valorizar as diferenças e permitir uma convivência respeitosa e diversificada no contexto escolar – (em um primeiro momento, pensamos nas pessoas que apresentam necessidades especiais, devido à segregação que antes existia em relação a esse grupo de estudantes).

Contudo, contemplar a diversidade também significa reconhecer que há diferentes gêneros, etnias e classes sociais. Enfim, cada indivíduo é único em termos de aparência, cultura, história de vida e capacidade física e intelectual. Dessa forma, a universalização dos direitos educacionais e sociais deve ser respeitada. Por se tratar de um processo educativo e social, ao mesmo tempo. Promover a aprendizagem, nesse sentido, é tão importante quanto possibilitar a convivência com pessoas de todos os tipos. Trata-se de um modelo que prioriza a formação global e sem barreiras ou preconceitos. Nesse sentido, Guebertt (2007) nos apresenta que:

Assim, o movimento pela inclusão cresceu e se consolidou ao longo do século XX, buscando garantir processos educacionais democráticos inclusivos, preocupados em garantir direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de suas características individuais. (GUEBERTT, 2007, p. 35).

No sentido de proporcionar o avanço da Educação Inclusiva, pode-se citar três desafios que precisam ser vencidos no sentido de sua consolidação em nossos espaços escolares: O fortalecimento de treinamento aos professores (formação continuada) para que eles possam entender a inclusão, os direitos do aluno e os deveres da escola e do Estado. Todos precisam entender porque a diversidade é importante e que é possível incluir e onde, quando, como e com quem poderão ajudar os alunos.

Os professores em sua grande maioria se sentem desqualificados para atender os alunos portadores de deficiência. As políticas públicas educacionais precisam estar pautadas nos ideais de que os professores são os profissionais centrais em um sistema de ensino e também uma grande referência para as famílias, pois eles são considerados um dos principais responsáveis por transmitir conhecimento para os alunos, em especial, os alunos portadores de deficiência. Nesse sentido, proporcionar o aprofundamento e a aquisição de novos saberes para os colaboradores da educação, em especial, os colaboradores da Educação Inclusiva faz toda a diferença no avanço da inclusão desses alunos no espaço escolar, pois a Educação Inclusiva está cada dia mais presente nas escolas regulares e por isso, os professores e demais profissionais da educação não podem sentir que estão preparados para exercê-la.

A Criação de uma rede de apoio: entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais especializados (fisioterapeutas, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, médicos etc.). Todos devem estar envolvidos no processo que proporciona ao aluno a melhor experiência que ele possa ter. Muitas vezes o educador e o coordenador pedagógico trabalham sem o apoio desses profissionais (que ao repassarem os conhecimentos clínicos de uma determinada deficiência podem contribuir na construção de propostas pedagógicas proficientes) - no sentido de se obter o sucesso escolar a partir das práticas pedagógicas adotadas. É importante ressaltar que a maioria dos educadores não tem o conhecimento clínico e sistematizado acerca de determinada deficiência e isso pode contribuir para que trabalho escolar não tenha o sucesso esperado.

E por últimos apresenta-se a Reestruturação / eliminação das barreiras de infraestrutura e barreiras no currículo (pedagógicas), como propostas disciplinares diversificadas, flexíveis e abertas. Segundo Martins (2008), a educação inclusiva desafia a escola a modificar-se de modo a atuar de acordo com as necessidades do alunado, buscando qualidade na educação de todos. A escola inclusiva busca a educação de qualidade não apenas para pessoas com deficiência. Combate à exclusão das mais diversas formas.

No que se refere as barreiras arquitetônicas têm um obstáculo para o avanço da educação inclusiva e ela pode ser o definidas como obstáculos construídos no meio urbano ou nos edifícios, que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas que sofrem de alguma incapacidade transitória ou permanente (EMMEL; CASTRO, 2003). Estas se caracterizam por obstáculos aos acessos internos ou externos existentes em edificações de uso público ou privado. A escola regular não tem sido adaptada para receber as crianças com deficiências, na sua maioria física, que depende deste aporte para que possa fazer parte da comunidade escolar. A falta de banheiros adaptados, ausência de rampas para cadeirantes e pessoas com Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba, v. 1, n.1, p. 4-16, 2013. 11 mobilidade reduzida, escadas sem corrimões, maçanetas de portas roliças, portas de salas de aula com pouco espaço para passar uma cadeira de rodas (1,10 m), degrau de saída de porta acima do permitido (1 cm), corredores

estreitos, pouca luminosidade, dentre outras.

No que se refere ao aprendizado, as metodologias para a adequação das aulas ministradas pelo professor, como a adequação de técnicas, teorias e métodos para o sucesso da aprendizagem de todos os alunos precisam estar presentes em toda a prática adotada pelo educador, pois a adaptação curricular deve compreender, além dos métodos, também os recursos e técnicas que podem ser utilizadas para melhorar as condições de aprendizagem do alunado. Isso porque “um currículo acessível proporciona para todos os alunos, sem exceção, oportunidades para participar totalmente das atividades e para experienciar o sucesso, sendo um fundamento essencial para a inclusão” (MITLLER, 2003, p.158).

Dessa forma muitos são os avanços que a Educação Inclusiva ainda precisa vencer para que de fato a inclusão aconteça em nossas Instituições de Ensino. Para que essa consolidação se torne uma realidade o educador pedagogo tem um papel fundamental, pois ele é o primeiro professor dos alunos uma vez que ele os recebe lá na educação infantil que é voltado para crianças de zero a cinco anos de idade e é nessa fase que acontece o primeiro contato com a escola, sendo uma fase fundamental para o desenvolvimento global dos alunos. Além disso, o pedagogo os acompanha até Ensino fundamental – anos iniciais: compreende do 1º ao 5º ano e é o momento dedicado a introdução escolar de conceitos educacionais que estarão presentes durante toda a educação básica. É o início do processo de alfabetização.

Dessa maneira, ele prepara o aluno para continuar a se desenvolver nas modalidades de ensino existentes. O coordenador pedagógico por articular o trabalho escolar dos professores pode buscar práticas que contribuam positivamente para o desenvolvimento escolar do educando. Além de estreitar as parcerias que devem existir entre os profissionais da educação e os profissionais da saúde. Nesse sentido esses dois profissionais são peças fundamentais para que escola cumpra a proposta de incluir os alunos com deficiência na escola regular de ensino, inovando as metodologias de ensino, reformulando práticas e propondo melhorias e valores que promovam uma educação para todos, que respeite as características dos diferentes alunos. Compreendemos que somente a partir de mudanças e reformas educacionais amplas é que a educação inclusiva se tornará uma prática real. É a partir dessas mudanças que ocorrerão as práticas capazes de responder às necessidades individuais de cada aluno, considerando as particularidades e garantindo uma educação para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para ser uma escola inclusiva, não basta abrir as portas para os alunos especiais ou falar sobre o valor da diversidade. É preciso contar com um projeto pedagógico que coloque a inclusão em prática. Com base em um projeto educacional inclusivo, a escola consegue cumprir o seu papel com planejamento, organização, flexibilidade e propostas diversificadas. Além disso, a comunidade escolar não pode trabalhar sozinha e, para viabilizar a inclusão, também depende da construção de uma rede de apoio. O pedagogo tem uma visão abrangente sobre diversidade e inclusão que prepara o educador para lidar com os desafios desse cenário. A qualificação continuada também é necessária para que o profissional se mantenha sempre apto a atender as novas demandas da área educacional. Nesse sentido, o pedagogo enquanto educador e coordenador pedagógico são peças fundamentais para a inserção das crianças especiais nos

ambientes escolares.

O professor das séries iniciais é o primeiro profissional a receber a criança especial no espaço escolar e deve otimizar a sua interação com as outras crianças e facilitar seu aprendizado. Sabemos das dificuldades encontradas no dia-a-dia de uma escola e que trabalhar com alunos inclusos é um desafio, porém pode dizer que a escola é comprometida com a formação dessas crianças e prima pela qualidade na educação.

Nesse sentido, o coordenador pedagógico perpassa as todas as etapas da educação básica, devendo este ser o profissional que media o fortalecimento dos laços que devem existir entre a comunidade escolar e a família. Este profissional deve otimizar no espaço escolar momentos de reflexões acerca de propostas pedagógicas que de fato otimizem a inclusão dos alunos especiais nesses espaços, fazendo com que o aprendizado de fato aconteça, habilitando essa clientela a serem cidadãos atuantes na sociedade em que vivem. Somente com propostas concretas de educação continuada pautadas na educação inclusiva, a sistematização de uma gestão democrática que permita a inserção de profissionais que podem incluir com o trabalho do professor pedagogo e do coordenador escolar a escola estará avançando na prática dos conceitos de Educação Inclusiva no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. M; SOARES, K. C. D. Pedagogo Escolar: as funções supervisora e orientadora. Curitiba: IBPEX: 2010.
- BERSCH, R. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. In: Ensaio Pedagógicos, Brasília: SEESP/ MEC, p. 89-94, 2006.
- CORREIA, L.M. (1997). Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares, Porto, Porto Editora.
- EMMEL, Maria Luiza. G; CASTRO, Celinda Barbosa de. Barreiras arquitetônicas no campus universitário: o caso da UFSCAR. In: MARQUEZINI, M. C. *et al.* (Org.). Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Londrina: Uel, 2.
- FERREIRA, J. R.A. Exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: Unimep, 1994.
- FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. Educação inclusiva. Editora: DP &A, 2008.
- GUEBERT, M.C.C. Inclusão: uma realidade em discussão. Curitiba, IBPEX, 2007.
- KAUFFMAN, M. J. Classificação e categorização. In: KAUFFMAN, M. J.; LOPES, A. J. Pode a educação especial deixar de ser especial? Braga, Portugal: Psiquilíbrios, 2007. p. 11-20.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Aspectos históricos da educação de pessoas com deficiência: da marginalização à busca pela educação inclusiva. Natal: EDUFRN, 2009.
- MITLLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Trad. Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MISÉS, R. A., A criança deficiente mental, uma abordagem dinâmica, Rio de Janeiro, 1977.

NEGRÃO, M. T. F. Didática: processos de trabalho em salas de aula. Maringá. EDUEM, 2005.

PLACCO, V. M. N. de S.. O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. S. (orgs.). O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. 9. ed. São Paulo/SP: Edições Loyola, p. 47-60, 2012.

SAVIANI, D. Escola e democracia, 2011. Disponível em: <https://gepelufs1.files.wordpress.com/2011/05/escola-e-democracia-dermeval-saviani.pdf> . Acesso em 11 Ago 2021.

SARMENTO, M. O coordenador pedagógico e o desafio das novas tecnologias. In: BRUNO, E.; ALMEIDA, L; CHRISTOV, L. (Org.). O coordenador pedagógico e a formação docente. 10ª Ed. São Paulo: Loyola, 2009.

AGUIAR, M.A.S.; SCHEIBE, L. Formação e valorização: desafios do PNE 2011-2020. Retratos da Escola. Brasília, DF, v. 4, n. 6, p. 77- 149, jan./jul. 2010.

ROMERO, A. Paula H. Análise da política pública brasileira para a educação especial na década de 1990: configuração do atendimento e atuação do terceiro setor. Maringá, 2006.



AYA EDITORA
2022